

É intensa, hoje, a mobilização de mulheres diante da realização de duas grandes Conferências Internacionais promovidas pela ONU: a III Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, a ser realizada no Cairo em 1994, e a conferência de balanço das duas décadas do Ano Internacional da Mulher, que ocorrerá em Beijing em 1995.

A Conferência Internacional de População e Desenvolvimento traz para as mulheres um enorme desafio, pois teme-se que ali sejam tomadas decisões sobre o controle mundial do crescimento demográfico. Tradicionalmente é sobre o corpo das mulheres que recai o ônus de qualquer política de reprodução humana, seja para promover o crescimento em situações de crise demográfica, seja para restringir o nascimento de novos seres humanos.

A Conferência do Cairo tem mobilizado diferentes organizações e entidades na discussão de qual seria a contribuição das mulheres brasileiras para esse grande debate. Está em jogo não apenas fazer chegar ao Cairo uma posição das mulheres brasileiras organizadas como também influenciá-las na formulação do relatório do governo brasileiro, documento onde se expressará a posição oficial do país.

Grande parte da pauta de discussões da Conferência do Cairo (como, por exemplo, as migrações internacionais) certamente não integra o repertório de experiências e reflexões produzidas pelo movimento de mulheres do Brasil. Basta compará-la com as agendas dos encontros nacionais feministas e dos latino-americanos e do Caribe para verificar as diferenças.

Duas posições se delineiam no debate atual. A primeira, que associa mulher, desenvolvimento e a questão candente do meio ambiente, tem como referências as discussões travadas durante a Rio-92 no âmbito do Planeta Fêmea, que integrou o Fórum das ONGs, a chamada conferência paralela.

As mulheres entraram em cena para alertar sobre a falácia do argumento que vincula a questão da preservação ambiental à necessidade imperiosa de

desacelerar ou deter o crescimento da população. A tônica dos debates do Planeta Fêmea enfatizaram a exclusão produzida pela ordem econômica em vigor e pelo avanço tecnológico desigual que implicam aumento do lixo tóxico e dos problemas de saúde, recrudescimento do *apartheid* social, descontrole das migrações Internacionais etc... Esse padrão de crescimento comprometeria a eficácia das políticas de saúde reprodutiva das mulheres. A Conferência de População e Desenvolvimento recoloca a discussão sobre uma nova ordem mundial em que as mulheres são chamadas a intervir.

A segunda, ancorada na tradição acumulada pelo movimento de mulheres, enfatiza a urgência de transformar políticas populacionais em políticas sociais que considerem as mulheres como sujeitos de seu corpo e de sua vontade. Alerta para a necessidade do controle social e monitoramento sobre políticas referentes à reprodução bem como sobre o acesso democrático de toda a população aos serviços de saúde, respeitando-se a diversidade social e étnica do país. As políticas sociais concernentes à reprodução podem ser objeto de adesão por parte das mulheres desde quando cumpram com esses quesitos fundamentais.

Contrastadas essas duas correntes de opinião, a diferença entre elas parece lembrar o velho dilema dos anos 70 entre luta geral *versus* luta específica. É claro que essas posições nunca foram excludentes, antes expressavam definições táticas ou questões internas de poder no movimento de mulheres. Usando essa analogia, um pouco provocante, o geral era a sociedade brasileira, o socialismo ou a democratização do país de então e que agora está representada na necessidade de reformar o planeta e de preservar a espécie. O específico era a luta feminista (leiam-se os direitos das mulheres), agora na pele dos direitos reprodutivos.

Cientes da importância e do calor desse debate para o movimento de mulheres no Brasil, a REF traz nesse número um dossiê dedicado aos Direitos Reprodutivos.

Bila Sorj

Maria Luiza Hellborn